

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CRISTIANO DOS SANTOS SILVA

**UM ESTUDO SOBRE: A ESCRITURAÇÃO CONTABIL COMO FORMA DE
PROCEDIMENTO PARA A CONCILIAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS DA
SAMAM VEICULOS**

**Aracaju – SE
2012**

CRISTIANO DOS SANTOS SILVA

**UM ESTUDO SOBRE: A ESCRITURAÇÃO CONTABIL COMO FORMA DE
PROCEDIMENTO PARA A CONCILIAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS DA
SAMAM VEICULOS**

**Relatório de Estágio Supervisionado
apresentado à Faculdade Amadeus
como requisito para aprovação final e
obtenção do grau de bacharel em
Ciências Contábeis.**

Orientador(a):

**Prof. .Esp. LUCILEIDE RODRIGUES DA
SILVA**

**Aracaju – SE
2012**

CRISTIANO DOS SANTOS SILVA

**UM ESTUDO SOBRE: A ESCRITURAÇÃO CONTABIL COMO FORMA DE
PROCEDIMENTO PARA A CONCILIAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS DA
SAMAM VEICULOS**

**Relatório de Estágio Supervisionado apresentado à Faculdade Amadeus como
requisito para aprovação final e obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis**

Profº. Msc. Washington Oscar Guimarães Pinto
Coordenador do Curso

Prof^a Esp. Lucileide Rodrigues da Silva
Orientadora

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), ____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Com certeza a Deus, em primeiro lugar, pelo dom da vida e por ter me concedido os meios necessários para a conclusão do meu curso.

Aos meus pais João Neves da Silva e Maria Helena dos Santos Silva, família e amigos por tudo que me proporcionaram e ensinaram até hoje.

Aos meus colegas de curso e professores, pelo apoio, incentivo e experiências que foi transmitida no decorrer desses quatros anos.

Em especial a coordenação desse curso por sempre acreditar em nosso potencial até mesmo quando nós mesmos nem acreditávamos, sou grato pelo apoio e principalmente pela amizade.

E a todos os amigos que não conseguiram chegar junto conosco nesta fase final, todos aqueles que ingressaram mas por motivos óbvios estarão concluindo seu curso em outras oportunidades.

Meus sobrinhos amigos de trabalho e a todos os acadêmicos da FAMA, FACULDADE AMADEUS.

A meus amigos Bruno Galvão, Juliana Campos, Ana Rose que formaram junto comigo a melhor comissão de formatura de todos os tempos.

DEDICATÓRIA

Ao senhor Jesus sem ele não conseguimos nada, meus pais, minhas irmãs e sobrinhos e a minha paixão Janecleide Ferreira (*in memoriam*), além de todos aqueles que participaram de forma direta ou indireta para a realização desse curso.

Epígrafe

“Só o amor constrói pontes indestrutíveis”

(Chorão)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	11
2.1 Histórico.....	11
2.2 Estrutura organizacional.....	12
2.3 Missão e Visão da empresa.....	13
2.4 Ramo de Atividade.....	13
3. ASPECTOS TEÓRICOS.....	14
3.1 Conceito.....	14
3.2 Objeto.....	14
3.3 Princípios.....	15
3.4 Escrituração.....	18
3.5 Atos e Fatos administrativos.....	19
3.6 Lançamento Contábil.....	20
3.7 Livros Contábeis.....	21
3.8 Conciliação.....	22
3.9 Plano de Contas.....	24
4. ATIVIDADES DO ESTÁGIO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	26
4.1 A Escrituração Contábil como Ferramenta de Integração das Contas Patrimoniais.....	27
4.2 Livros Obrigatórios.....	31
4.3 Atos Fatos Administrativos.....	32
4.4 Plano de Contas.....	33
4.5 Conciliação das Contas Patrimoniais.....	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Organograma da estrutura organizacional da empresa.	12
Figura 02 - Print da tela dos módulos Contábeis do Fiatnet 5.0	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Adaptação do Livro Razão do Sistema Fiatnet 5.0	28
Tabela 02: Adaptação do Livro Razão do Sistema Fiatnet 5.0	29
Tabela 03: Adaptação do Livro Razão do Sistema Fiatnet 5.0	29

1. INTRODUÇÃO

A escrituração contábil é uma das principais técnicas de trabalho de um contador e ou seus auxiliares, a cada dia que passa o volume de lançamentos se torna maior em todos os tipos de empresa das menores, até aquelas que possuem um volume considerável de negócios.

É notório ser fundamental que todos os fatos administrativos sejam registrados de forma correta e objetiva para que suas informações possam traduzir o que de fato aconteceu na empresa.

Este relatório foi pautado na seguinte problemática: como a escrituração pode ajudar na conciliação das contas patrimoniais entre as filiais e a matriz da empresa?

Partindo desse princípio, esse trabalho teve por objetivo geral demonstrar a importância de uma escrituração correta para a elaboração concisa e sem falhas, conhecendo os elementos básicos utilizados nesses registros, como o método das partidas dobradas se tornando a principal ferramenta de execução.

Os objetivos específicos foram, em resumo: identificar as contas que são escrituradas em uma ou outra filial, nos livros de entrada e saída de mercadorias sejam elas para comercialização como também os serviços e material de consumo utilizado como insumos para a manutenção da atividade operacional da empresa, identificar nos livros contábeis (Diário e Razão) quais saldos estão inconsistentes ou com natureza (devedora ou credora) incorreta, apresentar a forma de escrituração que poderá servir de ferramenta contábil para os ajustes dos saldos.

Para que este estudo seja concluído foi necessário a consulta de todos os relatórios gerenciais tanto do setor de Contas a Receber tanto do Contas à Pagar e outras contas como a de “outros fornecedores,(-) Devolução de Compra e de Vendas, pois a partir desse momento é que iremos identificar quais as contas que estão com saldos incorretos e ou com sua liquidação (baixa) feita de maneira correta.

A conciliação das contas de Adiantamentos a fornecedores e Adiantamento de clientes é importante para que os relatórios gerenciais (títulos do contas a receber e obrigações do contas a pagar) estejam iguais aos relatórios contábeis (livro Diário Livro Razão) .

Este procedimento de conciliação torna-se necessário uma vez que: por se trata de uma rede de concessionárias, receitas e despesas incorridas em outras filiais são “liquidadas” na matriz, sendo uma das principais dificuldades que encontramos para a finalização da escrituração dos livros oficiais obrigatórios (diário e razão).

A escolha do tema se deu, por se tratar de uma técnica contábil que requer um conhecimento teórico muito profundo, pois, somente a partir deste registro sistemático e cronológico é que a empresa terá acesso a todo o conhecimento e maior controle contábil financeiro das transações comerciais efetuadas.

O tipo de metodologia utilizada nesse relatório: quanto a natureza foi aplicada para os objetivos sendo utilizado o método descritivo através de pesquisa bibliográfica específica e documental realizada durante o período do estágio que foi compreendido entre o dia 10 de outubro de 2012 á 10 de novembro de 2012, com duração máxima de 04 horas diárias, totalizando as 80 (oitenta) horas obrigatórias e necessárias para a pesquisa, no ambiente da empresa em questão.

Este estágio foi supervisionado por Rosangela Franca Veiga, CRC 6349/O-1, (encarregada pelo setor Contábil da empresa) e teve duração de 80 horas no período de 11 de Outubro de 2012 a 11 de Novembro de 2012.

2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Histórico

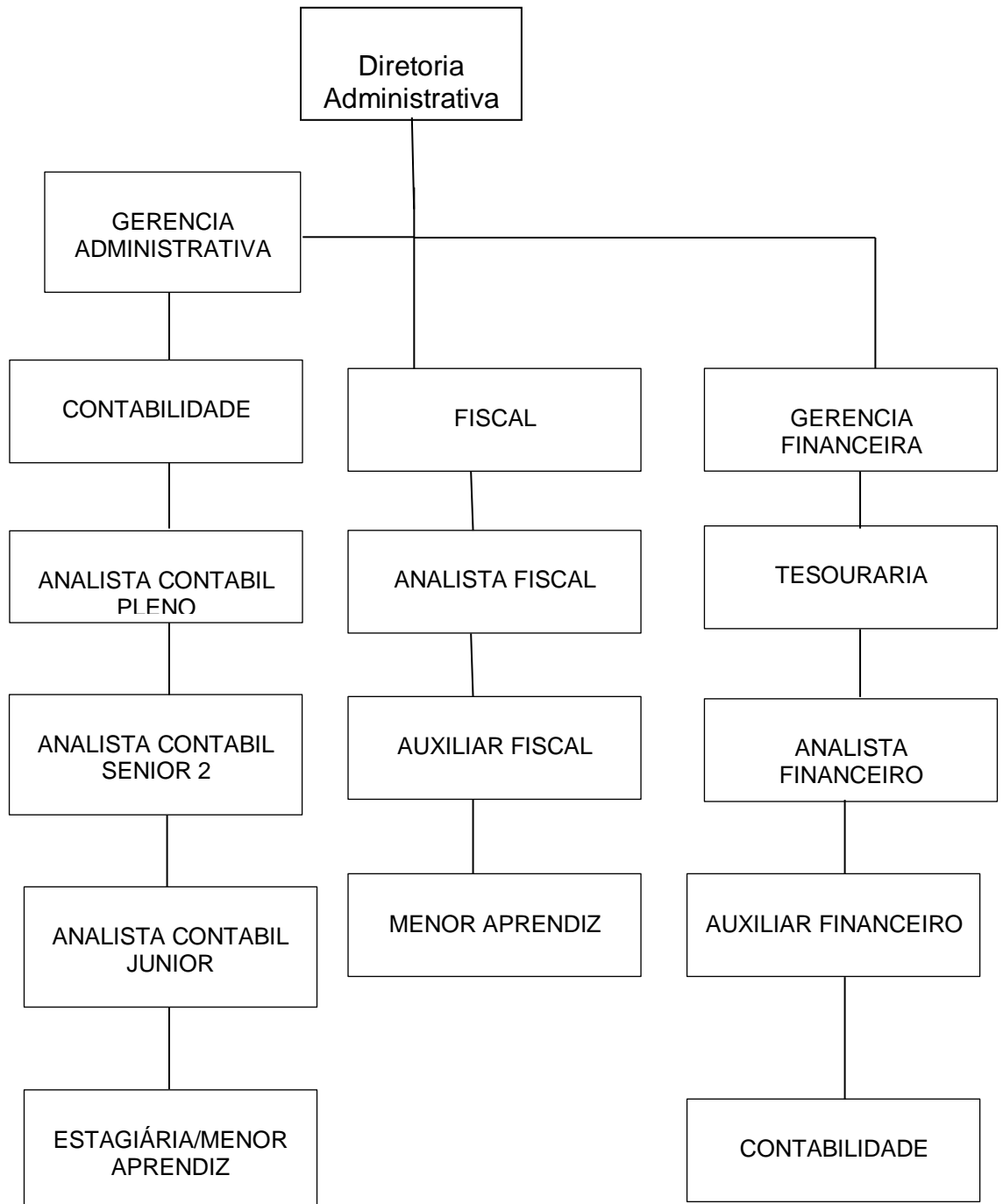
A empresa SAMAM VEICULOS Ltda CNPJ: 13.136.197/0001-32, foi criada em 30 de abril de 1978, que atua desde sua fundação com revenda e assistência técnica de veículos novos da marca FIAT estando localizado na Rua Basílio Rocha, 89 bairro Siqueira Campos.

Com o decorrer dos anos, mais precisamente em 1997 a Samam resolve diversificar seu ramo de atividade e cria a Samam Pneus, ampliando as opções de atendimento para seus clientes com a intenção de oferecer todos os tipos de serviços automotivos.

A empresa continuou com sua linha de crescimento ampliando o número de filiais, hoje já esta atuando em duas das mais importantes cidades do interior do Estado, em Lagarto com um show room e Itabaiana com uma filial, além da filial Riomar no bairro Coroa do Meio e outra no bairro Jardins, seguindo esse vertente de crescimento hoje os clientes contam também com uma loja multimarcas para comercialização de veículos semi- novos .

2.2 Estrutura Organizacional do setor Administrativo/Financeiro

Figura 01



Fonte: adaptação feita por Cristiano dos Santos Silva do organograma da estrutura organizacional da empresa.

2.3 Missão e Visão da empresa

Missão: comercializar bens e serviços com qualidade, competitividade e rentabilidade, atendendo as expectativas de nossos clientes, fornecedores e a comunidade.

Visão: ser um referencial em excelência no segmento automotivo, consolidando a liderança no mercado. Através da busca constante de satisfação de nossos clientes.

2.4 Ramo de Atividade

A empresa Samam Veiculos Ltda atua no ramo revenda e assistência técnica de veículos novos, pneus e revenda de veículos semi novos.

3. ASPECTOS TEÓRICOS

3.1- Conceito

Desde sua descoberta a contabilidade sempre foi estudada como a ciência que trata do patrimônio das entidades.

Segundo Padoveze (2010 p. 03)

o objetivo da contabilidade é o controle do patrimônio. Para efetivar esse controle é necessário que seja feito coleta, armazenamento e processamento de informações originadas dos fatos administrativos que venham a alterar o patrimônio da entidade”.

Para Ribeiro (2009, p.02),

Contabilidade é a ciência que estuda a prática as funções de orientação e controle e de registro relativas à administração econômica e a contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação a entidade objeto de contabilização.

Neves da (2003 p. 01) entende que:

(...) a contabilidade é uma ciência que desenvolveu uma metodologia própria com a finalidade de: a) controlar o patrimônio das empresas, b) apurar o resultado (resultado) das atividades das empresas, c)prestar informações às pessoas que tenham interesse na avaliação da situação patrimonial e do desempenho dessas entidades.

3.2-Objeto

O patrimônio da empresa é o objeto da contabilidade, e esta tendo a responsabilidade de informar a sociedade e a seus interessados todas as mutações desse patrimônio.

Segundo Ribeiro (2009 p.08) “O patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações avaliado em moeda nacional e pertencente a uma pessoa”.

Ainda Ribeiro (2009 p.08)

(...) Os bens são classificados com bens materiais (corpóreos ou tangíveis), bens imateriais (incorpóreos ou intangíveis), direitos (valores que a empresa tem a receber de terceiros ao vender algum produto), obrigações (valores que a empresa tem a pagar para receber de terceiros e as obrigações (valores que a empresa tem a pagar a terceiros em caso de compra de algum produto).

Segundo Padoveze (2010 p. 03) patrimônio “são aqueles itens que a civilização convencionou chamar de riquezas, por serem raros, úteis, fungíveis (característica de troca), tangíveis (características de poder ser movimentado e ser trocado fisicamente)”.

3.3-Princípios

Como forma de instituição de padrões contábeis para caracterização das atividades empresariais e a distinção dos tipos de pessoas sejam elas físicas ou jurídicas, foram criados princípios que vão normatizar o dia a dia das empresas.

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade) através das Normas Brasileiras de Contabilidade em resolução nº 750/93 estabelece os seguintes princípios:

Princípio da Entidade

Art. 4º - O princípio da Entidade- reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Parágrafo Único – O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico contábil.

Princípio da Continuidade

Art. 5º - A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A Continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à qualificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

Princípio da Oportunidade

Art. 6º - O princípio da OPORTUNIDADE refere-se simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que se originaram.

Parágrafo Único- Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.

I – desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

A Norma Brasileira de Contabilidade ainda determina:

Princípio do Registro pelo Valor Original

Art. 7º - Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações como mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

Parágrafo Único- Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV – os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;

V – o uso da moeda do país na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

Princípio da Atualização Monetária

Art. 8º - Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Parágrafo Único – São resultantes da adoção do Princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do patrimônio líquido;

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

Continua o entendimento da Norma Brasileira de Contabilidade.

Princípio da Competência

Art. 9º - as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento e pagamento.

§ 1º O Princípio da COMPETENCIA determina quando as alterações no ativo ou passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º As receitas consideram-se realizadas:

I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º Consideram-se incorridas as despesas:

I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

Princípio da Prudência

Art. 10º. O Princípio da PRUDENCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O Princípio da PRUDENCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.

§ 2º Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDENCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETENCIA.

§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDENCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

3.4- Escrituração

Escrituração é controlar e arquivar de maneira sintetizada o dia a dia empresarial.

Para Neves (2003 p.59) Escrituração:

(...)é a técnica contábil utilizada para registro dos fatos administrativos (contábeis) ocorridos na entidade. O registro de cada fato administrativo chama-se lançamento. Os lançamentos são efetuados nos livros contábeis tais como: o Livro Diário, o Livro Razão etc.

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade) através das Normas Brasileiras de Contabilidade em resolução nº 750/93 a NBC T 2- determina que:

A entidade deve manter uma escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos através de processo manual, eletrônico ou mecanizado, devendo ser executada: em idioma e moeda corrente nacionais; em forma contábil; em ordem cronológica de dia, mês e ano; com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens; com base em documentos de origem interna ou externa ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de administrativos.

Todos os fatos atos e fatos administrativos deverão ser escriturados nos livros obrigatórios na medida em que vão ocorrendo no decorrer num determinado período de tempo.

Segundo Padoveze (2010 p 83) “escrituração é técnica, cartorial até, de lançar apontamentos em livros, que, neste caso, são os livros contábeis”.

E no entendimento de MOURA (2009 P 50) a escrituração “é uma técnica contábil que consiste em registrar nos livros próprios (diário, razão, caixa etc.) todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que modifiquem ou possam a vir modificar a situação patrimonial”.

Enfim uma escrituração correta traz em tempo real tudo o que esta acontecendo na empresa.

3.5 - Atos e Fatos administrativos

Todos os acontecimentos que ocorrem na empresa durante um período e que precisam ser transportados e evidenciados nos livros contábeis, esses acontecimentos poderá ou não alterar o resultado patrimonial da empresa, entretanto deverá ser escriturado.

Segundo Padoveze (2010 p 22) atos e fatos administrativos:

os atos praticados pelos administradores ou donos da empresa, que afetam o Patrimônio Empresarial, são denominados Fatos Administrativos ou contábeis. Uma série de atos praticados, mas que não afetem imediatamente o patrimônio, não serão considerados fatos. A visita do sócio ao gerente do banco como objetivo de manter um bom relacionamento, não afeta de imediato o patrimônio da empresa; portanto, não será um fato.

Partindo desse entendimento podemos afirmar que o fato ocorreria caso se a partir dessa visita fosse oferecido um empréstimo a empresa e este deveria ser lançado nas contas de ATIVO e de PASSIVO.

Os fatos administrativos são qualificados em três formas: Permutativos, modificativos e mistos.

No entendimento de Favero et e tal, (1997 p 184-188) os fatos podem ser:

FATOS PERMUTATIVOS- São aqueles que geram modificações nos saldos das contas que representam os bens, direitos e obrigações, sem alterar a situação líquida.

FATOS MODIFICATIVOS- são fatos que provocam alterações no patrimônio das entidades modificando a situação líquida.

FATOS MISTOS- são aqueles que têm prioridade de combinar os fatos de natureza permutativa com os fatos de natureza modificativa, ou seja, ao mesmo tempo em que provocam modificações na composição dos bens, direitos e obrigações a pagar alteram também a situação líquida.

Através desses fatos é que se pode demonstrar todos os acontecimentos que o Patrimônio da Entidade sofre, e é daí que se dá o ponto de partida para todo o procedimento da escrituração das contas patrimoniais.

3.6 – Lançamento Contábil

Técnica contábil que tem o objetivo de registrar todos os acontecimentos que possam ocorrer na Entidade e que modificam ou possa a vir trazer modificações para a situação patrimonial.

No entendimento de Favero et. e tal (1997 p.116) “lançamentos é a forma utilizada pela contabilidade para registrar os fatos Contábeis”.

Conforme Padoveze (1998 p.46) lançamento contábil “(...) escrituração ou registro de cada transação de cada evento econômico nos livros contábeis”.

No entendimento de Ribeiro (2009 p. 63) lançamento:

“é o meio pelo qual se processa a escrituração. É a forma contábil de se processar o registro dos fatos no Livro Diário

Contendo os seguintes elementos técnicos:

- Local e data da ocorrência do fato;
- Conta a ser debitada

- Conta a ser creditada
- Histórico
- Valor”

3.7 - Livros Contábeis

São os livros utilizados para que se proceda a escrituração contábil dos fatos administrativos, através dos lançamentos.

Para Ribeiro (2009 p.56) livros de escrituração: “são os muitos livros utilizados; a quantidade e a espécie variam em função do porte da forma jurídica e do ramo de atividade desenvolvido pela empresa”.

Ainda Ribeiro (2009 p.56) classifica os Livros Contábeis da seguinte forma:

Quanto à utilidade

- Principais – utilizados para o registro de todos os eventos do dia-a-dia da empresa como ocorre com os livros Diário e Razão.
- Auxiliares – utilizados para o registro de eventos específicos, como os livros Caixa, Conta Correntes Registro de Duplicata, além de todos os livros Fiscais.

Quanto à finalidade

- Cronológicos- obedece rigorosamente a ordem cronológica de dia, mês e ano.
- Sistemáticos – utilizado para registro de operações que envolvam entradas saídas de dinheiro.

Quanto à Finalidade

- Obrigatórios – exigidos pela legislação Civil (Código Civil/2002), pela legislação comercial (Decreto-lei nº 486/1969) tributária, societária e também pela NBC – T-2.1: Livro Diário e Registro de Registro de Duplicatas; exigidos pelas leis tributárias (apuração do Lucro Real e Livro Caixa); exigido por leis societárias (Livro de Registro de Ações Normativas, Livro de transferências de Ações Normativas, Livro de registros de partes Beneficiárias Normativas, Livro de Registro de Partes Beneficiárias Endossáveis, Livro de Registro de Debêntures Endossáveis, Livro de Registro de Bônus Endossáveis, Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, Livro das Reuniões de Diretoria, Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.
- Facultativos – livros que as Entidades utilizam sem que haja exigência legal. Esses livros, como podem servir de suporte para o registro nos Livros Diário e Razão, são denominados também livros auxiliares. Exemplo: Livro Caixa para as ME e

EPP, Livro Conta Correntes, Livro de Controle de Contas a Receber, Livro de Controle de Contas a Pagar e etc.

Favero et. e tal (1997 p.114 e 115) afirmam que:

- Livro Diário – livro de escrituração obrigatório, onde devem ser lançados, dia a dia, diretamente ou por reprodução, as operações da atividade mercantil que modifiquem ou possam modificar a situação patrimonial da entidade.
- Livro Razão – representa um dos mais importantes instrumentos de registro das operações da empresa, permitindo a classificação dos fatos de acordo com sua natureza, envolvendo elementos patrimoniais e de resultado.
O razão pode ser escriturado em forma de livro, fichas soltas ou formulário contínuo.

Dessa maneira é que o profissional da contabilidade escritura demonstra e registra todos os acontecimentos das entidades, sem essa técnica e os esses livros torna-se impossível a comprovação resumida dos eventos, tanto para o fisco como para os administradores da empresa.

3.8 – Conciliação

Conciliação é uma técnica contábil utilizada para harmonizar as contas patrimoniais ou de resultado com os relatórios gerenciais da empresa, ou seja, as informações escrituradas tem que transmitir o que realmente aconteceu no dia a dia da entidade.

¹ CONCILIAÇÕES DOS SALDOS CONTÁBEIS

A conciliação consiste, basicamente, na comparação do saldo de uma conta com uma informação externa à contabilidade, de maneira que se possa ter certeza quanto à exatidão do saldo em análise.

As fontes de informações mais usuais para verificação dos registros contábeis são os livros fiscais, os extratos bancários, as posições de financiamentos e carteiras de cobranças, as folhas de pagamento, os controles de caixa, etc.

AJUSTES E RECLASSIFICAÇÕES PATRIMONIAIS

Para elaboração do balanço devem ser efetuados vários ajustes e reclassificações nas contas patrimoniais, como estoques, empréstimos, etc.

¹<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/balancopatrimonial.htm> acessa do em 30/09/2012 às 23:00h

A conciliação (conferencia) das Contas Patrimoniais é uma tarefa rotineira que precisa ser executada frequentemente, a critério do profissional Contábil responsável pela emissão dos Livros Contábeis, essa conciliação deverá ser feita antes do fechamento dos livros e demonstrativos.

² ITENS DE CONCILIAÇÃO CONTÁBIL

Ao fazer a conciliação das contas patrimoniais e de resultado, o Contabilista deverá atentar para o seguinte:

- a) A conta Caixa deverá estar em conformidade com os boletins de caixa, caso os mesmos não sejam elaborados pela empresa o Contabilista deverá examinar o Razão da conta Caixa para evitar lançamentos incorretos;
- b) As contas bancárias e de aplicações financeiras devem estar de acordo com os extratos bancários e ou conciliações dos bancos;
- c) A conta de duplicatas a receber deve estar conciliada com o relatório de contas a receber. O Contabilista a cada período ou fechamento de balanço deverá solicitar ao financeiro da empresa a posição das duplicatas a receber naquela data, esse procedimento evita erros contábeis, por exemplo, o lançamento a maior de Receitas que proporciona o pagamento a maior de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSSL, ICMS, Simples e outros);
- d) As contas de Adiantamentos e outros créditos devem ser conciliadas no sentido de verificar pendências existentes de longa data, as quais não refletem a posição consignada no balancete, bem como atentar para a documentação suporte dos lançamentos contábeis, tais como: contratos, recibos, notas fiscais e outros;
- e) A conta de estoque deve estar conferindo obrigatoriamente com o total da posição do Inventário a cada trimestre (Lucro Real Trimestral) ou fechamento anual do balanço (Lucro Real Anual, Lucro Presumido e Simples), se e a empresa apura o Imposto de Renda anual com suspensão ou redução, mês a mês deve manter um relatório de estoque não sendo necessário o registro no Livro de Inventário. O Contabilista deve atentar para o preço unitário de cada mercadoria ou produto, podendo avaliar as mercadorias compradas para revenda pelo valor das últimas aquisições menos o ICMS. No caso de fabricação de produtos a matéria-prima pode ser avaliada pelo preço das últimas aquisições menos o ICMS e IPI, os produtos acabados avaliados por 70% do maior preço de venda (sem deduzir o ICMS) e os produtos em elaboração avaliados por 56% do maior preço de venda (sem deduzir o ICMS);
- f) As contas do Imobilizado e Diferido devem estar de acordo com os controles patrimoniais da empresa, caso não existam o Contabilista deverá manter planilha comprovando as despesas de depreciação e amortização contabilizadas, bem como, através de visualização do Razão Contábil verificar se estão corretos os lançamentos de aquisição do imobilizado e se nas vendas foram baixadas as depreciações e o custo contábil dos bens vendidos;

² <http://www.portaltributario.com.br/artigos/contabilidade-ferramenta-tributaria.htm>, acessado em 30/09/2012 às 23:15h

- g) As contas de Fornecedores devem estar conciliadas com o relatório das contas a pagar ou o setor Financeiro deve realizar uma composição de saldos de cada fornecedor com o objetivo de confrontar com a contabilidade. O Contabilista poderá utilizar conta contábil distinta para os fornecedores mais representativos objetivando o controle contábil dessas contas;
- h) Os tributos a pagar em dia devem conferir com o pagamento no mês seguinte, os tributos a pagar em atraso devem ser relacionados em planilhas a parte para contabilização dos juros e multas e posterior conferência com os saldos contábeis;
- i) Contas a pagar em dia devem estar conferindo com o(s) pagamento(s) no(s) mês(es) seguinte(s) ou manter planilha com composição de saldos;
- j) As despesas devem ser consistentes com relação à documentação suporte e à atividade da empresa, é importante que o Contabilista visualize, através do Razão Contábil, se não há distorções nos lançamentos contábeis das despesas ou classificação indevida.

3.9 – Plano de Contas

Considerado o eixo norteador dos procedimentos da contabilidade, o Plano de Contas padroniza (uniformiza) os registros contábeis que são fundamentais para que a empresa possa tipificar todas as suas contas Patrimoniais e de Resultado.

Para Ludícibus et. e tal (1998 p.25 e 26) com relação ao Plano de Contas:

(...) para se colocar em funcionamento a máquina organizacional de qualquer empresa, impõe-se a planificação geral do setor contábil. O contador estuda a natureza da entidade, verifica os tipos de transações que provavelmente ocorrerão e planeja a maneira pela qual essas transações deverão ser registradas, sintetizadas e evidenciadas. Elabora, finalmente, um Plano e um manual de Contas adequados, que deverão ser observados obrigatoriamente na empresa. Outro trabalho que se enquadra dentro da planificação diz respeito à escolha do processo de escrituração a ser adotado. Essa escolha depende do volume e da complexidade dos registros e pode recair sobre processos tradicionais, como os manuais ou mecânicos, ou sobre outros mais modernos, como os eletrônicos. O trabalho de planificar a Contabilidade é um dos que exigem mais experiência, perspicácia e bom-senso do contador.

Segundo Favero et. e tal (1997 p.128):

O Plano de Contas deve ser organizado de forma a permitir a inserção de novas contas ou grupo de contas, permitindo assim acompanhar o crescimento e conseqüente evolução da estrutura organizacional da empresa. Sua organização deve facilitar o trabalho da estrutura organizacional da empresa.

No entendimento de Ribeiro (2009 p.36):

É o conjunto de contas, diretrizes e normas que disciplinam as tarefas do setor de contabilidade, objetivando a uniformização dos registros contábeis. O Plano de contas constitui ferramenta indispensável no desenvolvimento do processo contábil, sendo que cada empresa deve elaborá-lo, tendo em vista as suas particularidades, observando-se os princípios fundamentais de contabilidade, as disciplinas contidas na Lei nº 6404/1976, a legislação específica do ramo de atividade exercido pela empresa, bem como as normas brasileiras de contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Vale ressaltar ainda que o Plano de Contas é feito especificamente para cada empresa, sendo assim o tamanho e formato varia de acordo com o porte, faturamento e movimentação financeira da empresa.

Esse Sistema de informática contábil foi desenvolvido para a Fiat e é utilizado por todas as concessionárias da rede integrando-as a Fábrica e oferecendo todas as ferramentas de um sistema contábil convencional

4.1 A Escrituração Contábil como Ferramenta de Integração de Contas Patrimoniais

Trata-se de técnica contábil que tem o objetivo principal de registrar em livros próprios (Diário, Razão, Caixa etc.) todos os acontecimentos que possam ocorrer na Entidade e que modificam ou possa a vir trazer modificações para a situação patrimonial, sendo de responsabilidade de um contabilista devidamente registrado em órgão de classe competente.

Essa técnica é utilizada com propriedade pelas entidades para tornar pública todos os fatos administrativos, servindo também para formar as demonstrações contábeis, para consolidar os acontecimentos financeiros diários da empresa. Escrituração é controlar e arquivar de maneira sintetizada o dia a dia empresarial.

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade) através das Normas Brasileiras de Contabilidade em resolução nº 750/93 a NBC T 2- determina que:

A entidade deve manter uma escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos através de processo manual, eletrônico ou mecanizado, devendo ser executada: em idioma e moeda corrente nacionais; em forma contábil; em ordem cronológica de dia, mês e ano; com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens; com base em documentos de origem interna ou externa ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de administrativos.

Uma contabilidade bem planejada torna uma grande parte do processo de trabalho rotineiro, podendo ser executada por qualquer escriturário ou por computadores e seus sistemas de informática voltada para a contabilidade, claro

sempre supervisionada por um técnico contador habilitado. Uma escrituração correta traz em tempo real tudo o que esta acontecendo na empresa.

Para que possam ser efetuados os lançamentos, é necessário que sejam identificados as Contas Patrimoniais que serão lançadas as notas de despesas (consumo), sejam elas de produtos ou serviços que se apresentam como umas das principais ferramentas para a execução das atividades comerciais em uma das filiais, após este lançamento, analisamos os livros da matriz com o objetivo de perceber a liquidação (pagamento) pela matriz, a responsável pelos principais pagamentos das despesas.

Para melhor ilustrar estes procedimentos vamos agora demonstrar como foram feitos:

Após o lançamento (reconhecimento) das despesas em umas das filiais que iremos considerar como filial X, após esta escrituração, verificou qual fornecedor ofertou seus serviços, e logo assim qual conta patrimonial sofreu alteração enfim qual ato administrativo ocorreu.

Através de tabela iremos demonstrar este lançamento:

Tabela 01: Adaptação do Livro Razão do Sistema Fiatnet 5.0

Data	Histórico	Debitos(R\$)	Creditos(R\$)
	FORNECEDORES		
	EMPRESA FAMA - PRODUÇÕES LTDA		
		0	
04/09/2012	NE 02 SERV. DIV. PJ EMPRESA FAMA - PRODUÇÕES LTDA		2.869,77
04/09/2012	NE 03 SERV. DIV PJ EMPRESA FAMA - PRODUÇÕES LTDA		200,00

Fonte: elaborada por SILVA, Cristiano dos Santos

Conforme tabela acima mencionada a conta Fornecedores da filial X sofreu alteração, pois ocorreu uma despesa e por se tratar de Conta do Passivo está com saldo Credor, entretanto o pagamento será feito pela Matriz.

O setor de Contas a Pagar localizado na Matriz reconhece a despesa após a chegada do documento fiscal (Nota Fiscal), efetua o referido pagamento quitando a

obrigação, tornando a empresa livre de qualquer sanção por inadimplência fazendo efetuando o lançamento para escriturar o pagamento.

A tabela a seguir demonstra este lançamento no Livro Razão da Matriz:

Tabela 02: Adaptação do Livro Razão do Sistema Fiatnet 5.0

Data	Histórico	Debitos(R\$)	Creditos(R\$)
	OUTROS FORNECEDORES		
27/09/2012	NF 01 LIQ. PAGO A EMP. FAMA - PROD. REF. NF Nº 02 E 03	3.069,77	

Fonte: elaborada por SILVA, Cristiano dos Santos

Com isso, temos a conta na filial X com saldo em aberto e a mesma conta na Matriz com saldo devedor o que não é permitido pelas Normas Contábeis, por que a Conta Fornecedores trata de Conta do Passivo de natureza credora.

Para dirimir essa falha tornou-se necessário efetuar um terceiro Lançamento com o objetivo de Conciliar as Contas Patrimoniais da filial X e da Matriz, para que estes saldos estejam com suas naturezas Credoras e Devedoras respectivamente corretos e com os valores constantes nos Livros de acordo com os relatórios gerenciais do setor Contas a Pagar.

Para ser possível essa integração é obrigatoriamente necessário o Lançamento demonstrado na Tabela a seguir:

Tabela 03: Adaptação do Livro Razão do Sistema Fiatnet 5.0

Data	Histórico	Debitos(R\$)	Creditos(R\$)
	OUTROS FORNECEDORES		
14/09/2012	TRANSF. ENTRE FILIAIS P/ AC. DA CONTA FORNECEDORES		1230,23

Fonte elaborada por SILVA, Cristiano dos Santos

A escrituração é feita a Débito na filial X e a crédito na Matriz para assim poder consolidar os dois saldos, e para que se torne mais claro o que foi feito durante o procedimento se utiliza o histórico "TRANSFERNCIA ENTRE FILIAIS P/ ACERTO DE CONTAS: FORNECEDORES" assim, a qualquer momento tanto os profissionais ligados diretamente ao controle da empresa possa entender toda a conferencia e suas conciliações.

Esses lançamentos integram também apuração de alguns impostos estaduais e créditos de impostos e contribuições de âmbito federal. Além disso, há uma separação em ordem cronológica de dia, mês e ano das despesas que provocam impactos tanto na apuração nos impostos e nas contribuições, bem como na desempenho de cada departamento e na tomada de decisões da empresa.

³ ITENS DE CONCILIAÇÃO CONTÁBIL

Ao fazer a conciliação das contas patrimoniais e de resultado, o Contabilista deverá atentar para o seguinte:

- k) A conta Caixa deverá estar em conformidade com os boletins de caixa, caso os mesmos não sejam elaborados pela empresa o Contabilista deverá examinar o Razão da conta Caixa para evitar lançamentos incorretos;
- l) As contas bancárias e de aplicações financeiras devem estar de acordo com os extratos bancários e ou conciliações dos bancos;
- m) A conta de duplicatas a receber deve estar conciliada com o relatório de contas a receber. O Contabilista a cada período ou fechamento de balanço deverá solicitar ao financeiro da empresa a posição das duplicatas a receber naquela data, esse procedimento evita erros contábeis, por exemplo, o lançamento a maior de Receitas que proporciona o pagamento a maior de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSSL, ICMS, Simples e outros);
- n) As contas de Adiantamentos e outros créditos devem ser conciliadas no sentido de verificar pendências existentes de longa data, as quais não refletem a posição consignada no balancete, bem como atentar para a documentação suporte dos lançamentos contábeis, tais como: contratos, recibos, notas fiscais e outros;
- o) A conta de estoque deve estar conferindo obrigatoriamente com o total da posição do Inventário a cada trimestre (Lucro Real Trimestral) ou fechamento anual do balanço (Lucro Real Anual, Lucro Presumido e Simples), se e a empresa apura o Imposto de Renda anual com suspensão ou redução, mês a mês deve manter um relatório de estoque não sendo necessário o registro no Livro de Inventário. O Contabilista deve atentar para o preço unitário de cada mercadoria ou produto, podendo avaliar as mercadorias compradas para revenda pelo valor das últimas aquisições menos o ICMS. No caso de fabricação de produtos a matéria-prima pode ser avaliada pelo preço das últimas aquisições menos o ICMS e IPI, os produtos acabados avaliados por 70% do maior preço de venda (sem deduzir o ICMS) e os produtos em elaboração avaliados por 56% do maior preço de venda (sem deduzir o ICMS);
- p) As contas do Imobilizado e Diferido devem estar de acordo com os controles patrimoniais da empresa, caso não existam o Contabilista deverá manter planilha comprovando as despesas de depreciação e amortização contabilizadas, bem como, através de visualização do Razão Contábil verificar se estão corretos os lançamentos de aquisição do imobilizado e se nas vendas foram baixadas as depreciações e o custo contábil dos bens vendidos;

³ <http://www.portaltributario.com.br/artigos/contabilidade-ferramenta-tributaria.htm>, acessado em 30/09/2012 às 23:15h

A cada lançamento efetuado através do método das partidas dobradas, onde para cada débito existe um crédito correspondente, executam a conciliação e observam se as contas classificadas de maneira correta nos Livros Diários e razão da filial que efetivamente contratou tal despesa e no Balanço patrimonial (composto pelo Ativo, Passivo e Patrimônio líquido) do grupo, sendo a principal ferramenta de análise das variações patrimoniais.

4.2 Livros Obrigatórios

Para Ribeiro (2009 p.56) livros de escrituração: “são os muitos livros utilizados; a quantidade e a espécie variam em função do porte da forma jurídica e do ramo de atividade desenvolvido pela empresa”. Esses livros são classificados de acordo com sua utilidade, natureza e finalidade.

Ribeiro (2009 p.56) classifica os Livros Contábeis dessa forma:

Quanto à utilidade

- Principais – utilizados para o registro de todos os eventos do dia-a-dia da empresa como ocorre com os livros Diário e Razão.
- Auxiliares – utilizados para o registro de eventos específicos, como os livros Caixa, Conta Correntes Registro de Duplicata, além de todos os livros Fiscais.

Quanto à finalidade

- Cronológicos- obedece rigorosamente a ordem cronológica de dia, mês e ano.
- Sistemáticos – utilizado para registro de operações que envolvam entradas saídas de dinheiro.

Quanto à Finalidade

- Obrigatórios – exigidos pela legislação Civil (Código Civil/2002), pela legislação comercial (Decreto-lei nº 486/1969) tributária, societária e também pela NBC – T-2.1: Livro Diário e Registro de Registro de Duplicatas; exigidos pelas leis tributárias (apuração do Lucro Real e Livro Caixa); exigido por leis societárias (Livro de Registro de Ações Normativas, Livro de transferências de Ações Normativas, Livro de registros de partes Beneficiárias Normativas, Livro de Registro de Partes Beneficiárias Endossáveis, Livro de Registro de Debêntures Endossáveis, Livro de Registro de Bônus Endossáveis, Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, Livro das Reuniões de Diretoria, Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal.
- Facultativos – livros que as Entidades utilizam sem que haja exigência legal. Esses livros, como podem servir de suporte

para o registro nos Livros Diário e Razão, são denominados também livros auxiliares. Exemplo: Livro Caixa para as ME e EPP, Livro Conta Correntes, Livro de Controle de Contas a Receber, Livro de Controle de Contas a Pagar e etc.

Na empresa estudada verificamos a utilização de vários livros destes, um para cada filial e o da matriz, tornando-se necessário um estudo minucioso de cada um deles e suas conferências para que todos os saldos sejam fidedignos aos relatórios gerenciais de cada filial e sua ratificação pela matriz.

Conforme dissemos no início mais precisamente na página 12 (doze) deste trabalho existem despesas e receitas em sua maioria que são ocorridas em filiais distintas e são finalizadas (liquidadas) na matriz uma vez que esta é centralizadora do dia a dia financeiro da empresa. Surge daí a necessidade de analisar em qual filial foi ocorrido tal fato administrativo. Logo após a ocorrência de um fato na filial este será liquidado na matriz, observa-se qual conta sofreu alteração e logo após faz-se um lançamento contábil utilizando o método das partidas dobradas entre a filial e a matriz para que estes saldos das contas estejam conferidos e idênticos aos valores dos relatórios gerenciais da empresa.

Em certas ocasiões geralmente nas ocorrências de despesas que são objetivadas em uma ou outra filial este pagamento é feito pela matriz, com isso a conta da filial continua com saldo e a mesma conta agora na matriz esta com natureza inversa por isso mais uma vez fizemos lançamento para ajustar estas contas.

Na SAMAM todos esses registros de lançamento são anotados nos livros citados acima, estando de acordo com a legislação e normas vigentes contendo Termo de Abertura e Encerramento, assinatura da Contadora e do responsável pela empresa.

4.3 Atos e Fatos Administrativos

Segundo Padoveze (2010 p 22) atos e fatos administrativos:

os atos praticados pelos administradores ou donos da empresa, que afetam o Patrimônio Empresarial, são denominados Fatos Administrativos ou contábeis. Uma série de atos praticados, mas que não afetem imediatamente o patrimônio, não serão considerados fatos. A visita do sócio ao gerente do banco como objetivo de manter um bom relacionamento, não afeta de imediato o patrimônio da empresa; portanto, não será um fato.

Foram observados a existências destes fatos administrativos durante nossos estudos e todas as situações tratadas fazem parte da realidade empresarial e foram identificados estes registros no mês em estudo.

Com o fechamento da escrituração e suas conferências, foi que se tornou possível analisar as demonstrações contábeis: o balancete de verificação mensal utilizado para a tomada de decisões mensais em reunião apropriada, e a DRE, que informa todos os resultados das operações, como esta a rentabilidade enfim se as atividades estão dando lucro ou prejuízo para a empresa.

4.4 Plano de Contas

Durante nosso estudo identificamos inúmeras contas patrimoniais: Adiantamentos de Clientes, Adiantamentos de Fornecedores, Outros Fornecedores e outras todas ela constantes do Balanço Patrimonial e que interferem diretamente na situação líquida da empresa.

Todas essas contas estão elencadas no Plano de Contas da empresa devendo ser observados todas as características, sua natureza se devedora ou credora e a classificação se receita ou despesa.

Segundo Favero et. e tal (1997 p.128):

O Plano de Contas deve ser organizado de forma a permitir a inserção de novas contas ou grupo de contas, permitindo assim acompanhar o crescimento e conseqüente evolução da estrutura organizacional da empresa. Sua organização deve facilitar o trabalho da estrutura organizacional da empresa.

Conhecer o Plano de Contas (atualizado pela Lei 11.638/2007 que alterou a Lei 6.404/76 que regulamenta as Sociedades por Ações S.A.) foi fundamental para executar nosso estudo, foi a partir dele que passamos a identificar todas as contas fruto de nossa pesquisa, algumas de Ativo e outras de Passivo, sendo assim tornou-se mais fácil ágil o uso da técnica da escrituração e sua futura conciliação, pois sem a identificação das Contas Patrimoniais este trabalho não seria possível.

4.5 Conciliação das Contas Patrimoniais

As Contas Patrimoniais devem estar obrigatoriamente com valores e saldo conferidos assim que escrituradas. Todo o procedimento contábil deve ser conferido logo após sua execução somente assim é que poderemos identificar alguma falha humana ou de sistema que pode ter ocorrido durante a escrituração.

¹ CONCILIAÇÕES DOS SALDOS CONTÁBEIS

A conciliação consiste, basicamente, na comparação do saldo de uma conta com uma informação externa à contabilidade, de maneira que se possa ter certeza quanto à exatidão do saldo em análise.

As fontes de informações mais usuais para verificação dos registros contábeis são os livros fiscais, os extratos bancários, as posições de financiamentos e carteiras de cobranças, as folhas de pagamento, os controles de caixa, etc.

AJUSTES E RECLASSIFICAÇÕES PATRIMONIAIS

Para elaboração do balanço devem ser efetuados vários ajustes e reclassificações nas contas patrimoniais, como estoques, empréstimos, etc.

Esse procedimento foi fundamental durante nosso trabalho para que pudéssemos consolidar todos os saldos das Contas Patrimoniais estudadas por nós, conforme dissemos anteriormente todas as contas devem estar com valores iguais tanto nos relatórios (livros) contábeis quanto nos relatórios extra contábeis.

Para executar esta tarefa é necessária uma minuciosa consulta e a utilização de todas as técnicas e procedimentos contábeis. Toda essa conferência traz uma maior segurança e confiabilidade do técnico contábil responsável para a configuração de todas as demonstrações contábeis.

⁴<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/balancopatrimonial.htm> acessa do em 30/09/2012 às 23:00h

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a execução desse Relatório Científico de Estágio, foi possível observar aspectos interessantes referentes à Escrituração Contábil, principalmente quando esta será utilizada para que se possa efetivar a conciliação das Contas. Toda Entidade necessita de organização e controles administrativos e fiscais e para que isso aconteça deverá manter uma escrituração contábil de acordo com todas as normas pertinentes sendo de extrema importância para que se possa manter organizadas todos os processos econômicos e financeiros, estes com todos os saldos conferidos, corretos e atualizados.

Foi percebido também durante nossa pesquisa o quanto é importante por em prática tudo o que foi visto durante todos os períodos dentro de sala de aula, haja visto que a técnica da escrituração é um divisor de águas e um marco no ramo da contabilidade, é através dela que todas as atividades da empresa são transformadas em termos contábeis, ou seja tudo o que acontece durante a vida financeira da Entidade é sintetizada com esta técnica.

De tal maneira, a contabilidade é a principal facilitadora no mercado financeiro para o processo e desenvolvimento social e econômico de todas as empresas, desde as pequenas às maiores como foi nosso instrumento de estudo. A contabilidade estreita e traduz para o fisco em todos os âmbitos e para a sociedade tudo o que acontece dentro da empresa durante o exercício social.

Em nossa pesquisa a escrituração foi utilizada para tornar simples o entendimento de todas as operações comerciais entre as filiais e a matriz, pois todos os interessados desde fornecedores, clientes e a diretoria necessitam saber e entender tudo o que acontece em cada filial de maneira independente e integrada a matriz, esta a principal responsável pela sobrevivência de todas as outras, uma vez que praticamente todas as outras dependem das decisões tomadas na matriz.

Sendo a conciliação das contas um procedimento necessário e praticamente obrigatório para que os saldos estejam totalmente corretos e de acordo realmente com o que aconteceu, essa conferência precisa e é feita periodicamente para que os saldos estejam sempre conferidos a qualquer momento que os principais responsáveis necessitem.

De acordo com nossos estudos todos os procedimentos estão em concordância com todas as normas contábeis e procedimentos administrativos não

havendo alguma necessidade de alterações na sua execução, apenas aperfeiçoamento o que da uma maior segurança a todos os auxiliares, analistas e Técnicos contábeis.

REFERÊNCIAS

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. Brasília: 2006.

FAVERO, Luiz Hamilton. **Contabilidade Teoria e Prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDICIBUS, Sergio de, MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 9. Ed. São Paulo: Atlas 2010.

IUDICIBUS, Sergio de, MARTINS, Eliseu. **Manual de Contabilidade Societária**.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDICIBUS, Sergio de,. **Contabilidade Introdutória**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo E. V.. **Contabilidade Básica**. 11 ed. São Paulo: Frase Editora, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. São Paulo: Saraiva, 2009.